

A escravidão em Goianinha (RN) no século XVIII: as relações entre senhores, escravos e sociedade.

Dayane Julia Carvalho Dias

Graduanda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Compreender as relações entre senhores, escravos e sociedade em Goianinha (Rio Grande do Norte) no século XVIII é o que se pretende neste artigo. Na medida em que existiram muitos engenhos nessa região e a partir da análise das fontes, pressupõe-se que o número de escravos também era considerável, procurar-se-á aprofundar estudos que evidenciem a participação negra na sociedade goianiense. A produção historiográfica local retrata Goianinha apenas formada a partir de imigrantes italianos e portugueses que originaram as principais famílias, ou seja, a elite, silenciando a participação de outros grupos da sociedade, por exemplo, os negros. Pela análise das fontes disponíveis e da pouca bibliografia sobre o assunto, tentar-se-á discutir a presença de escravos africanos em Goianinha, a fim de perceber se esse grupo era ativo no funcionamento social e econômico da região.

Palavras Chaves: escravidão africana; Rio Grande do Norte; relações escravistas.

O presente trabalho pretende discutir sobre os variados aspectos referentes à escravidão em Goianinha no século XVIII, focando nas relações entre senhores escravos e sociedade. Com o objetivo de identificar a dinâmica existente nas relações escravistas da vila, a fim de obter como resultado a constatação da presença de escravos na região e conseqüentemente o papel desempenhado por eles na sociedade e na economia. Para isso, além da discussão da bibliografia regional e local sobre o tema, serão analisados 20 inventários do século XVIII (mais especificamente entre 1706 e 1787), como fontes históricas para a compreensão de aspectos relacionados à estrutura social e econômica dos escravos da vila, tais como a faixa-etária, o preço, a quantidade, o sexo, entre outros aspectos.

O papel do escravo na economia e na sociedade foi fundamental nos países que presenciaram a exploração da mão-de-obra africana, resultando em profundas alterações na ordem social, com a introdução de novas etnias e culturas diversas, assim como na economia e política. Busca-se na figura de Paul E. Lovejoy uma definição conceitual acerca da escravidão, de modo a entender as estruturas de funcionamento desse sistema, assim em suas palavras:

“A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a ideia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que a sua força de trabalho estava à completa

disposição de um senhor; que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de escravo era herdada, a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação” (LOVEYOY, 2002, p. 29-30).

É um erro associar a escravidão no Brasil com a escravidão na África, pois cada sociedade teve suas características e peculiaridades. No entanto, esse conceito aplica-se também ao Brasil, na medida em que diferente do discurso harmônico da escravidão, discutida por Gilberto Freire, a escravidão no Brasil foi uma forma de exploração física e psicológica, na qual o escravo era tido como propriedade em que promovia ao senhor o direito de controlá-los em vários aspectos da sua vida.

Historiografia regional e local: escravidão em Goianinha

Os estudos sobre escravidão no Rio Grande do Norte ainda são poucos, no entanto, existem alguns trabalhos em desenvolvimento e as fontes estão disponíveis para quem se disponha a investigar sobre a escravidão africana em terras potiguaras, embora seja um trabalho minucioso. Alguns autores regionais já dissertaram sobre a presença de escravos africanos no Rio Grande do Norte, a exemplo de Câmara Cascudo¹, Tavares de Lyra², Rocha Pombo³ e Nestor Lima⁴. No entanto, a visão destes autores sobre o assunto é limitada à percepção de que a escravidão no Rio Grande do Norte, não representou uma grande importância no quadro econômico e social da época, pois a quantidade deles era irrelevante. Nesse sentido, conforme afirma Luís da Câmara Cascudo, “o negro foi-nos uma constante, mas não um determinante econômico” e “as atividades econômicas se resumiam na criação de gado e roçarias de mandioca, milho e feijão, era desnecessária grande cópia de escravos”⁵.

Nestor Lima, em sua obra “Municípios do Rio Grande do Norte: Flores, Goianinha, Jardim do Seridó, Lages e Luís Gomes” publicada em 1938, além de variados outros aspectos, sobre a escravidão dispõe de informações acerca do número de escravos em 1887 e sobre uma suposta “revolta escrava” na então vila. Assim, Nestor Lima salienta:

“Havia no município, segundo a estatística de 1887, 277 escravos, sendo homens 161 e mulheres 116” (...) “Ha ainda hoje uma singular lembrança do movimento libertario que os propios negros escravos realizaram em Goyaninha, sob a inspiração dos escravos Bonifacio, Estevam, Leandro e Eduvirges, pertencentes ao engenho Bom Jardim. Foi em eras de 1870, quando ainda era bem vigorosa a instituição servil” (LIMA, 1938, p. 127-128).

Neste parágrafo Nestor Lima lança uma nota salientando que essas informações foram de Antônio Fernandes da Câmara, residente em Canguaretama. O contexto em que se desenrolou a suposta “revolta” é bastante interessante e merece ser levado em consideração. Apesar de ser um pouco contraditório a sua afirmação de que em 1870 a instituição servil era bem vigorosa, pois se sabe que nesse período o tráfico de escravos diminuiu bastante, devido às agitações abolicionistas e outros aspectos econômicos, assim a mão-de-obra escrava tendeu a cair. Não obstante, Nestor Lima considera outros aspectos:

“Conseguindo levantar, na assuada, os do Bosque, Ilha Grande e outras propriedades. Constituíram-se em autoridades administrativas e judiciais, sendo Bonifácio o presidente da Câmara, outro o juiz de direito, e outros ocupando cargos menos elevados. E, reunidas em massa rebelde, pretendiam vir a Capital da Província reclamar os seus direitos, ou depôs as autoridades de então” (LIMA, 1938, p. 128).

É interessante notar que esses engenhos mencionados: Bosque, Ilha Grande e Bom Jardim, realmente existiram. No mais, de acordo com esta citação a “suposta revolta escrava” tinha tomado de conta dos postos administrativos e judiciários da vila e pretendiam fazer o mesmo com Natal, ficando a reflexão de até que ponto esses escravos eram tão numerosos e organizados a ponto de conseguirem tal proeza. Será mesmo que eles tinham a noção de liberdade?

Segundo, Sidney Chalhoub, em sua obra “Visões da liberdade”⁶, o autor expressa bem a concepção de que os escravos concebiam do termo liberdade. Para eles, a liberdade não era a mesma daquela defendida durante muito tempo pela historiografia tradicional baseada na obtenção da carta de alforria apenas, e sim no tipo de tratamento recebido pelo senhor e do lugar a que eram remetidos. A ponto de eles próprios negociarem a sua mão-de-obra e quando isto não era cumprido, usavam da resistência, baseadas em vários tipos, como assassinatos, fugas, fingimentos de doenças e levantes. Quanto a essa “suposta revolta”, Nestor Lima ainda acrescenta:

“Em Goianinha o desenrolar dessa “suposta revolta” não foi bem sucedido, segundo Nestor Lima: “Mas, na mata do Baldhum, quando vinham já em demanda de Natal, tiveram um violento encontro com a força pública, de que resultou o desbarato da “arrancada negra”. Em consequência disso, foi assassinado, depois, o capitão de matto, quando recebia ordens para dar caça ao negro Bonifácio, acusado de outros crimes e da rebelião, e que se supunha foragido para os lados de Goyana-Grande, (Província de Pernambuco)” (LIMA, 1938, p. 128).

Apesar de não ter sido uma revolta bem sucedida é interessante notar que o negro Bonifácio também como os mascates portugueses, viera de Goiana. Pois como afirma Câmara Cascudo: “O nome primitivo era Goiana ou Goacana. Goianinha é o diminutivo”. Assim como Maria Simonetti Gadelha Grilo acrescenta: “de acordo com a tradição, a origem do núcleo populacional decorreu de sesmarias doadas aos mascates portugueses, procedentes de Goiana, Pernambuco. Portanto, Goianinha, Goiana Pequena, para distingui-la da Goiana Grande, de onde provinham”⁷.

Essas revoltas eram como respostas as suas vontades, bem articuladas e pensadas previamente. Mostravam que os escravos tinham inteligência e capacidade de organização, não eram tão submissos assim ao sistema escravista. Um exemplo disso, discutido por Chalhoub, é o caso do escravo Veludo, que teve a capacidade de planejar passo a passo o assassinato do seu senhor⁸. Revela-se um pouco da relação entre escravos, senhores e sociedade em Goianinha no século XVIII.

Partindo para a historiografia local, a autora do livro “Goianinha no contexto histórico da província”, publicou em 1998, Maria Simonetti Gadelha Grilo, descendente de Goianinha, onde em 1963 concluiu o curso de Pedagogia e Didática na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do estado. Lecionou no Grupo Escolar Moreira Brandão, em Goianinha, na Escola Nova e na Escola Doméstica, em Natal. Em 29 de novembro de 1995 foi eleita como sócia-efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Como ela não era historiadora, sua narrativa era típica da primeira metade do século XX. Preocupada em formar identidades, escreveu esse livro focando as principais famílias que deram origem à cidade e tornaram-se os grupos dirigentes da vida política, social e econômica na época, descendentes de portugueses e italianos.

Porém, ao fazer isso, a autora acabou por negligenciar uma parte da história muito importante, que é a abordagem dos grupos sociais mais inferiores da sociedade, neste caso, os índios, os escravos, e os pobres livres, por exemplo. Em nenhum momento aborda esses grupos como fundadores da cidade junto com os imigrantes. Os negros, por sua vez, só são abordados no contexto da escravidão e abolição. Somente alega que:

“Os primeiros imigrantes que lá chegaram foram os portugueses: Francisco Lopes Galvão, Diogo Marques Revoredo e Félix Ferreira da Silva⁹, que são os troncos de importantes famílias da terra. Destaca-se o primeiro, que tomou a iniciativa de construir a capela; cristão convicto. O segundo, residiu algum tempo em Goianinha, depois retirou-se para Tamatanduba, sua extensa propriedade em Vila Flor, ficando seu filho Bento Freire como patriarca ali, de numerosa descendência. E Félix Ferreira, agricultor e criador de gado, foi o precursor do

comércio de animais com o Piauí. Diogo marques casou com Inácia Carneiro” (GRILO, 1998, p. 48).

Conforme a autora, Bento Freire casou-se com Mônica da Rocha Bezerra, filha de Leonardo Pinheiro e Mônica da Rocha Bezerra. E aponta que outros imigrantes de nacionalidade portuguesa e italiana chegaram a Goianinha, os que iriam constituir família com as filhas, netas de bisnetas de Bento Freire do Revoredo¹⁰, que são: Inácio Antônio Grilo, português; Antônio José da Costa Barbalho, descendente de português; João Batista Simonetti, italiano, que naufragou nas costas de Tibau, oriundo de Gênova; Pedro Nicolao Villa, italiano e Dionísio Pinto, português¹¹.

Outra autora da historiografia local sobre Goianinha, Eulália Duarte Barros, escreveu o livro “Verdes Campos, Verdes Vales” publicado em 2004. Também descendente de Goianinha, sua escrita, apesar de ter tons mais literários, de uma forma ou de outra também aborda uma história de Goianinha voltada para a história das elites, silenciando a participação de outros setores da sociedade.

Destaca que havia a presença de escravos, mas em proporções reduzidas. A centralidade do poder econômico da monocultura açucareira consistia nas mãos dos proprietários dos engenhos Bosque¹² e Ilha Grande, respectivamente, dos irmãos, o padre João Jerônimo da Cunha e o coronel Antônio Galdino de Araújo Cunha. Os produtos seguiam em carros-de-boi até o porto de Canguaretama, para ser remetido para Recife. Nas referências das barcaças, estava escrito: Cunha & Irmão¹³.

A autora estabelece um processo do qual o engenho foi transformando suas estruturas físicas e sociais, alcançadas pelos seus senhores de engenhos. Chega à constatação de que existia em Goianinha um total de 17 engenhos de cana-de-açúcar, conseqüentemente o número de escravos também deveria ser considerável, pois:

“Em Goianinha 17 engenhos foram grandes produtores de mel, açúcar e aguardente, e foram passando de pais para filhos. Seus donos, os chamados senhores de engenho, dirigiam os destinos sociais, políticos e econômicos de Goianinha. Muitos deles foram figuras fora da província como o Dr. Antônio Bento de Araújo Lima, do Engenho Bom Jardim que foi crítico da arte, conhecido no Brasil e no exterior” (BARROS, 2004, p. 116).

Porém, é provável que parte destes engenhos sejam do século XX, por isso de acordo com as informações contidas no livro, destes 17 focar-se-á apenas nos prováveis engenhos do século XVIII e XIX, a fim de relacioná-los aos inventários do século XVIII. Com o objetivo de compreender a dinâmica da escravidão em Goianinha, focando em que tipo de relações se mantinham entre senhores, escravos e sociedade.

Para refletir sobre os tipos de atividades esses escravos exerciam, a faixa-etária, o sexo e os preços, ou seja, discutir sobre a relevância e presença da mão-de-obra escrava em Goianinha, a partir de inventários do século XVIII.

Goianinha escravocrata: as fontes

Entre 32 inventários disponíveis na Revista Bando, transcritos por Hélio Galvão, em 12 não constava a existência de escravos ou eram da vila de Arês, restando 20 com escravos e referentes à Goianinha especificamente. Destes, tem-se a contagem de 119 escravos, 54 homens e 63 mulheres, sendo que dois não tiveram o nome identificado.

O número de mulheres é superior ao dos homens, no entanto, a quantidade de diferença não é significativa, mas ainda assim é superior. Esses dados podem revelar aspectos acerca da organização e distribuição da mão-de-obra escrava na vila, na medida em que se o contingente maior era a mão-de-obra feminina, pode dizer que as atividades que requeriam essa força de trabalho, eram vinculadas a trabalhos domésticos ou no meio urbano, apesar de que as mulheres também trabalhavam no campo. Como a atividade na época era mais voltada para a pecuária, não havendo referência à lavoura de cana-de-açúcar, talvez as divisões das tarefas ficassem mais equilibradas.

Ao analisar a faixa-etária desses escravos, ter-se-á uma base maior acerca dessa organização da escravidão em Goianinha. Apesar de nem todos os inventários constarem a idade dos escravos, cerca de 50% do total apenas, mas já vale como pré-requisito para uma análise das relações sociais. Assim conforme a tabela abaixo:

Tabela 01 - Faixa etária dos escravos de Goianinha (século XVIII)

FAIXA ETÁRIA		
Categoria	Idade	Quantidade
Crianças	5 meses – 14 anos	38
Jovens	15-20 anos	17
Adultos	21-45 anos	27
Idosos	46-80 anos	12

Fonte: Revista Bando, Hélio Galvão, 1951.

O alto índice do número de crianças decorre em parte do equilíbrio do número de homens e de mulheres, e pressupõe que eram crianças nascidas no Brasil e faziam parte de famílias escravas.

Apesar da existência de crianças escravas vindas diretamente da África, como é o caso do inventário do doutor Antônio José Teixeira de Moraes do ano de 1766, no qual consta um escravo chamado de Bonifácio de 12 anos de idade, vindo de Guiné, no valor de 75\$000.

Geralmente, no Brasil não havia tanta restrição à reprodução escrava. Porém, quando eles pretendiam se casar, tinham que pedir permissão ao senhor e de preferência que fossem casamentos entre escravos da mesma plantation. Para evitar separação em casos de vendas ou discórdia em caso de decidir para qual senhor o filho do casal pertencia, em caso de casamentos entre escravos de fazendas diferentes. No entanto, na maioria das vezes, o filho sempre pertencia ao senhor da mãe escrava.

Os números de adolescentes e jovens são relativamente poucos, e os de adultos e idosos são medianos. Esse número mediano de idosos não são divididos igualmente entre os vinte inventários, pois há alguns com uma quantidade considerável, se comparado ao número de escravos, outros sequer há existência. Um exemplo é o inventário do capitão-mor Félix Ferreira da Silva, que dentre 16 escravos, 4 tem entre 50 e 58 anos.

Um caso interessante que demonstra bem um tipo de relação entre senhores, escravos e sociedade, pode ser constatado ao analisar o inventário de João Pegado de Siqueira, de 24 de outubro de 1774, em Arês. No qual, a inventariante, Mariana de Albuquerque Melo requereu que um mulatinho, chamado Francisco, de 7 anos, fosse excluído do inventário, alegando ser ele escravo do seu pai, o capitão Arcângelo Lopes Galvão.

Este por sua vez, fez uma petição reclamando a guarda do mulatinho, alegando que ele foi levado pela sua filha ao se casar, para ser um membro da família e não como um dote, pois, o escravo tinha sido criado por ela. Percebe-se neste caso uma relação emocional, entre a inventariante e a criança escrava. Não fica claro, o motivo de ele ter sido criado pela inventariante ou o que tinha acontecido com os pais da criança. Mas é interessante refletir sobre este caso, na medida em que é possível afirmar que esse tipo de relação refletia numa espécie de laço afetivo entre senhores e escravos.

O processo de guarda do mulatinho desenrolou-se e várias testemunhas depuseram, até que em 06 de dezembro de 1774, o juiz excluiu a criança do inventário. É perceptível que as testemunhas são de vários lugares diferentes, indicando uma rede

de relações muito amplas entre as regiões. Pois, há pessoas do Sumaré (Goianinha), Piau (na época termo de Vila Flor, mas muito próximo de Goianinha) e Papeba (Arês).

Segundo Hélio Galvão, estes inventários do século XVIII eram existentes no cartório de Goianinha. Neste período, a economia era baseada pela pecuária, com muita referência à criação de gado vacum, cavalos e éguas. Eram poucas as referências à lavoura canavieira. Neste caso, pressupõe que a existência de engenhos em Goianinha no século XVIII ainda não era tão presente, sendo outras as atividades direcionadas ao uso da mão-de-obra escrava, a maioria dos engenhos iriam se formar somente no século XIX. No entanto, o engenho Limoal, por exemplo, em 1800 pertencia à viúva Francisca Freire, filha de Bento Freire do Revoredo. Este aparece no inventário de Joana de Barros Coutinho e Manoel Rodrigues Taborda, no qual tinha uma dívida referente a um crédito de 10/08/1716, de um tapuio, no valor de 25\$000.

Isto mostra que havia uma relação e possivelmente tal engenho já era de propriedade de Bento Freire do Revoredo em 1716. Embora não se tenha a carta de sesmaria dele e nem o inventário, Maria Gadelha Simonetti Grilo o aponta como figura importante, proprietário de latifúndios e responsável pela procriação das principais famílias de Goianinha, chamado por ela como patriarca de Goianinha. Ainda com relação a Hélio Galvão:

“ No inventário de Cipriano Lopes Pimentel vêm referidas algumas ovelhas e no de Isabel Soares inclui-se uma arrôba de lã, como a indicar incipiente indústria do produto. Nem uma vez se encontram caprinos, sinal de sua recente introdução no nordeste. Sobre porcos, o mesmo silêncio. As aves domésticas (perus, galinhas, patas) estão igualmente ausentes (...)” (GALVÃO, 1951, p. 14).

De acordo com Hélio Galvão ao analisar os inventários, percebe-se que os tipos de escravos existentes em Goianinha eram: “mina, cabra, mameluco, mulato, angola, crioulo, predominando os da Guiné”¹⁴. Kátia de Queirós Mattoso, em seu livro “Ser escravo no Brasil” aborda excelentes considerações acerca do tráfico e da vida escrava no território brasileiro, segundo a autora: “Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos”¹⁵.

Hélio Galvão não enfatiza, mas também aparece nos inventários uma quantidade mínima, mas existente de escravos da nação tapuia, ou seja, indígenas. Porém, a grande quantidade realmente é da nação Guiné. Quanto a isso, Kátia Mattoso atesta que durante todo o século XVIII a importação de escravos para o Brasil eram predominantemente os da Guiné e os da Costa da Mina¹⁶.

É possível que o engenho Guarita em Piau tenha sido inicialmente propriedade de Cipriano Lopes Pimentel, pois em seu inventário aparece como bens para seus herdeiros: “Um sítio chamado Piau (em Goianinha) dentro e fora da Ilha, com todos os logradouros, 120\$000”¹⁷. Pode ser percebido que no século XVIII os lugares que mais tarde iriam se constituir os engenhos eram sítios voltados para a pecuária como principal atividade econômica. Acredita-se que no final do século XVIII e começo do XIX que as atividades açucareiras emergiram.

Neste mesmo inventário de Cipriano Lopes Pimentel, aparece um número de 15 escravos, 9 mulheres e 6 homens, conforme a tabela abaixo:

Tabela 02 – Escravos do inventariado Cipriano Lopes Pimentel - 1720

ESCRAVOS							
Nome	Est. civil	Sexo	Idade	Cor	Nação	Moléstia	Valor
Maria		F		Mulata			115\$000
Ana Maria		F	13 anos	Mulata			125\$000
Ursula		F			Tapuia		70\$000
Maria		F	24 anos	Criola			115\$000
Faustina		F	40 anos	Criola			90\$000
Maria Comprida		F			Angola		70\$000
Maria Nova		F			Guiné		
Domingos		M	40 anos	Criolo			110\$000
Manoel		M		Criolo		quebrado	90\$000
Sebastião		M	15 anos	Criolo			100\$000
Antônio		M		Negro	Guiné		120\$000
Tomé		M	31 anos	Criolo			100\$000
Josefa		F	34 anos	Criola			120\$000
Gonçalo		M	41 ou 42 anos		Guiné		50\$000
Antônia		F	37 anos		Guiné		50\$000

Fonte: Revista Bando, Hélio Galvão, 1951.

Têm-se o caso de Félix Ferreira da Silva¹⁸, no qual Maria Simontetti Gadelha Grilo estabelece-o como um dos primeiros imigrantes a formar família em Goianinha. O inventário dele é de 04 de outubro de 1782, sendo ele de origem da freguesia de Santo Izidoro, da vila de Mafra, patriarcado de Lisboa, filho legítimo de Domingos Ferreira da Silva e sua mulher Maria Rodrigues. Consta ainda ser seu único filho, o tronco da família Grilo de Goianinha. Certamente, a esse capitão-mor pertencia às terras nas proximidades do Piau o que mais tarde iria ser o engenho Carnaubal, pois conforme Eulália Duarte Barros, este engenho pertencia à família Grilo. Em seu inventário constam 16 escravos de herança:

Tabela 03 – Escravos do inventariado Félix Ferreira da Silva – 1782

ESCRAVOS							
Nome	Est. Civil	Sexo	Idade	Cor	nação	Moléstia	Valor
José Antônio		M	58 anos	Mulato		“quebrado de ambas as vereias”	45\$000
Matias		M	21 anos	Mulato			150\$000
Francisco		M	12 anos	Mulatinho			80\$000
Víctor		M	15 anos	Mulato			130\$000
Maria		F	20 anos	Mulata			120\$000
Maria Madalena		F	7 anos	Mulatinha			70\$000
Inácia		F	28 anos	Cabra			90\$000
Benedito		M	2 anos	Criolo			30\$000
Jerônimo		M					45\$000
Gonçalo		M	50 anos	Criolo			50\$000
André		M	32 anos	Preto			130\$000
Manoel Luís		M	51 anos	Criolo	Guiné		30\$000
Quitéria		F	54 anos		Guiné		32\$000
Ana		F			Costa da Mina		30\$000
Francisco		M	38 anos	Criolo			130\$000
Jacinto		M	26 anos	Cabra			140\$000

Fonte: Revista Bando, Hélio Galvão, 1951.

Em relação a estes dois últimos escravos, consta no inventário a seguinte informação:

“Francisco, crioulo, de 38 anos, 130\$ (Também impugnada a avaliação, alegando-se que era carapina, serrador de serra e bom carreiro, de muita vergonha). – Jacinto, cabra, de 26 anos, 140\$. (Nos embargos Maria da Anunciação esclarece que é sapateiro mestre e valia até mais, dependendo a avaliação)” (BANDO, Revista, 1951, p. 94).

Diante disso, percebe-se que existiram em Goianinha escravos especializados em determinadas profissões, como o exemplo que acabou de ser mostrado, do escravo Francisco de 38 anos, que era serrador, assim como o caso do escravo Jacinto de 26 anos, sapateiro mestre. Quando os escravos tinham uma especialização normalmente o seu preço era muito alto, e como se observa na maioria dos inventários, os preços dos escravos adultos homens variam entre 150\$000 a 90\$000. Porém, como já foi dito, os preços das mulheres também são altos, e os menores preços são destinados aos velhos e crianças. Em relação à formação do preço do escravo, Kátia Mattoso afirma:

“O preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas à sua pessoa. O preço do escravo depende da concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional” (MATTOSO, 1990, p. 77-78).

Essa discussão sobre a formação do preço do escravo em relação a Goianinha pode estar relacionado a diversos aspectos que ainda são desconhecidos. Como o fato de as mulheres serem maioria, saber se isso tem relação ao tipo de trabalho, pois deve-se considerar se o trabalho doméstico era mais predominante do que o trabalho no campo, ou elas eram escravas de vendas. Assim como aprofundar sobre a posição daqueles escravos que desenvolviam alguma atividade profissional.

São casos que demonstram bem os tipos de relações entre senhores, escravos e sociedade na vila de Goianinha no século XVIII. Mas ainda há muito a se investigar, muitas fontes a analisar, muitos aspectos a considerar, e é isso que se pretende desenvolver no decorrer da pesquisa.

Considerações finais

Portanto, pôde ser percebido que o tema da escravidão em Goianinha não está longe de ser terminado de estudado. Ainda há uma infinidade de fontes, embora em poucas quantidades, mas que com a minuciosidade de uma pesquisa histórica, procurar-se-á considerar e juntar todos os aspectos que uma determinada fonte pode oferecer. Foi possível analisar apenas os inventários do século XVIII, porém, desses mesmos ainda há muitas outros aspectos que podem ser melhor analisados.

Em relação a Goianinha, não há trabalhos publicados que se refiram a forte presença escrava na vila. Porém, de acordo com esses inventários, pode-se perceber que Goianinha era uma região que existia uma quantidade considerável de escravos, com fortes relações de redes sociais entre os senhores, escravos e sociedade. Com a presença de casos interessantes que merecem ter um estudo aprofundado. Tais como a possível presença de famílias escravas, pelo fato do equilíbrio entre homens e mulheres e conseqüentemente do alto número de crianças. Ou ainda, a circulação de bens de alto custo entre os inventários, indicando ser Goianinha uma vila importante na época, talvez até mais que Arês.

O que se pretende passar para o leitor é que a escravidão em Goianinha de fato aconteceu e das análises de alguns inventários ficou destacado a forte presença da relação entre senhores, escravos e sociedade. Considerações acerca da predominância do sexo feminino no trabalho escravo e de escravos especializados na vila, refletindo obviamente no valor de seus preços. São questões que irão se valer do objeto de desta pesquisa.

¹ CASCUDO, Luís da C. História do Rio Grande do Norte. Brasília: MEC, 1955, p. 44.

² TAVARES DE LYRA, Augusto. História do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

³ ROCHA POMBO. História do Estado do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1992.

⁴ LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: Flores, Goianinha, Jardim do Seridó, Lages e Luís Gomes. Coleção Mossoroense, 1^o ed. 1938.

⁵ CASCUDO, Luís da C. História do Rio Grande do Norte. Brasília: MEC, 1955, p. 44.

⁶ CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte / Sidney Chalhoub. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷ GRILO, Maria Simonetti Gadêlha. Goianinha no contexto histórico da Província. Rio Grande do Norte: Departamento Estadual de Imprensa, 1998, p. 47.

⁸ CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte / Sidney Chalhoub. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁹ Félix Ferreira da Silva foi encontrado na Plataforma SILB, mas a sua petição foi apenas uma sesmaria perto do Rio Potengi, no ano de 1754. Portanto, talvez não seja a mesma pessoa. Mas deve-se considerar que a autora cita que ele foi percursor do comércio de animais com o Piauí, então poderia ser o mesmo, já que era uma pessoa que viajava muito.

¹⁰ A autora afirma que este exerceu grande influência na vida sócio-política-administrativa de Goianinha. Possuía um verdadeiro latifúndio em terras próximas, que se estendia de Tamatanduba, situada em Vila Flor, onde residia seu velho pai, Diogo Marques, até Papari, hoje, Nísia Floresta em homenagem a sua filha.

¹¹ Em relação a esses personagens, Maria Gadelha faz referência ao livro inédito sobre Goianinha de Hélio Galvão.

¹² Consta na tradição oral que existe um cemitério de escravos nas proximidades desse engenho.

¹³ GRILO, Maria Simonetti Gadêlha. Goianinha no contexto histórico da Província. Rio Grande do Norte: Departamento Estadual de Imprensa, 1998, p. 114.

¹⁴ GALVÃO, 1951, p. 14.

¹⁵ MATTOSO, 1990, p. 19

¹⁶ MATTOSO, Kátia de Q. Ser escravo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. P. 21-23.

¹⁷ GALVÃO, 1951, p. 17.

¹⁸ Consta na plataforma SILB dois Félix Ferreira da Silva, mas não é possível que não sejam as mesmas pessoas, pois há diferença dos pedidos de concessão em torno de 50 anos.